

Concede parcelamento de débito tributário aos contribuintes em atraso. -

O Prefeito Municipal de Pongatuba.

Faço saber que a Câmara Municipal de Pongatuba aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Artigo 1º) É concedido o parcelamento de débitos tributários de qualquer natureza, relativamente a impostos e taxas, em até dez (10) parcelas mensais aos contribuintes em atraso, inclusive da dívida ativa inscrita, que permanecerá na Repartição Precadadora, para cobrança amigável, até o prazo de que trata o art. 2º desta lei.

Parágrafo Primeiro: O parcelamento referido neste artigo abrange o débito tributário lançado para o presente exercício financeiro.

Parágrafo Segundo: É condição para obter o parcelamento, por parte do contribuinte, no ato de assinatura do acordo, a primeira prestação.

Artigo 2º) O parcelamento a que se refere o art. 1º deverá ser requerido ao Sr. Prefeito



Municipal, até o dia 31 de março de 1973.

Artigo 3º) Findo o prazo do artigo anterior os contribuintes em atraso que não requereram o parcelamento de sua dívida e nem a soldaram de uma só vez, serão relacionados e imediatamente remetidos à cobrança judicial.

Artigo 4º) Findo o prazo do artigo 2º, será exigido do contribuinte, certidão negativa de débito, para a prática dos atos especificados em decreto do Executivo Municipal.

Artigo 5º) A assinatura do termo de parcelamento importa em confissão irrefutável do débito, sendo que o não pagamento de uma das parcelas implicará no vencimento imediato de todas as demais parcelas, determinando, neste caso, o procedimento judicial.

Artigo 6º) Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 7º) Derogam-se as disposições em contrário.